IDENTIFICAÇÃO DE ABUSOS E DESRESPEITOS NA ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA OCORRIDA NA SALA DE PRÉ-PARTO DA PRINCIPAL MATERNIDADE DE PONTA GROSSA (2015-2016)

Mirna Bazzi (mirnazziba@gmail.com)
Felipe Simão Pontes - Orientador (felipesimaopontes@gmail.com)
Ana Maria Bourguignon– Co-orietandora(anamariabourg@gmail.com)

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Saúde Coletiva, Comunicação em Saúde.

Palavras-chave: Ponta Grossa (PR), assistência obstétrica, abusos e desrespeitos, trabalho de parto.

Resumo

Esta pesquisa descreve experiências de mulheres que sofreram situações de abusos e desrespeito na assistência obstétrica prestada na sala de pré-parto da principal maternidade do município de Ponta Grossa em 2015 e 2016. Após fiscalizações consequentes à Comissão Especial de Investigação (CEI) das Maternidades, organizado pela Câmara de Vereadores do município, a maternidade fechou suas portas em maio de 2016. A investigação detectou irregularidades estruturais, sanitárias e de recursos humanos, além de comportamentos inapropriados por parte das equipes médica e de enfermagem. Após localizar mulheres que pariram na maternidade no período que antecede o seu fechamento, foram realizadas seis entrevistas que detectaram práticas catalogadas como abuso e desrespeito à parturiente, conforme normas estabelecidas pela OMS (2014), dentre as quais abandono, não permissão para ingestão de alimentos e líquidos, aceleração do trabalho de parto e não permissão de acompanhante do sexo masculino.

Introdução

Nos últimos anos, vem crescendo a atenção em torno da assistência à gestante, puérpera e ao neonato dentro dos hospitais de todo o mundo, em decorrência das práticas consideradas não recomendadas, porém frequentes, por parte da equipe médica e de enfermagem, bem como das condições estruturais do ambiente de parto. A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu, através do manual “Assistência ao parto normal: um guia prático” (1996) parâmetros para que se garanta a assistência à parturiente e ao neonato no ambiente hospitalar.

O município de Ponta Grossa apresenta dados preocupantes quando o assunto é assistência obstétrica. Situações de desrespeito às mulheres nas maternidades da cidade, morbidade grave e mortalidade materna e infantil foram denunciadas por famílias nas redes sociais e pautaram a mídia local em 2015 e 2016, o que culminou na instauração de uma Comissão Especial de Investigação (CEI) em 8 de julho de 2015, promovida pela Câmara de Vereadores, a fim de “[...]

analisar a estrutura e a qualidade dos atendimentos realizados em Ponta Grossa para atender às gestantes e aos recém-nascidos" (CEI DAS MATERNIDADES, 2016, p. 18). A investigação abrangeu as quatro principais maternidades da cidade e detectou problemas em todas, em níveis maiores ou menores.

A CEI acarretou no fechamento da maior maternidade da cidade - filantrópica em convênio com SUS para atendimento de baixo risco - em 30 de maio de 2016. A investigação denunciou o descaso com a assistência obstétrica hospitalar prestada às mulheres e com a qualidade do nascimento dos bebês de Ponta Grossa e região, indicando que o hospital não garantia as condições estruturais, sanitárias e necessárias para atendimento.

A presente pesquisa, de caráter quanti-qualitativo, visa detectar, nos depoimentos de seis mulheres que pariram no hospital, situações de abusos e desrespeitos no período de permanência na sala de pré-parto. Este ambiente era o local que as mulheres recebiam os cuidados durante o trabalho de parto, momento em que há grandes chances de intervenções desnecessárias devido ao longo tempo de exposição da parturiente aos serviços obstétricos hospitalares.

Materiais e Métodos

A metodologia empregada segue a linha de pesquisa do projeto, em andamento, "Representações femininas sobre morbidade materna e infantil em decorrência da assistência ao parto e nascimento em Ponta Grossa – PR" (aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa sob o número 1.617.352) . A pesquisa, de caráter quanti-qualitativo, teve início em julho de 2016 e se baseia em 21 entrevistas realizadas com mulheres que pariram nos anos de 2015, 2016 e 2017 em Ponta Grossa.A pesquisa bibliográfica abrange documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1996; OMS, 2014) e do Ministério da Saúde do Brasil (BRASIL, 2001, 2004), além de pesquisas e estudos desenvolvidos por autores especializados.

A pesquisa de campo foi precedida de preparação das entrevistadoras quanto ao roteiro e à forma de abordagem das entrevistadas. Foram realizadas entrevistas-piloto com mulheres voluntárias a fim de adequar o roteiro e treinar as entrevistadoras. Tendo isso como base, iniciou-se a fase de coleta de dados, na qual foi feita uma campanha nas redes sociais – através de breves vídeos informativos – a fim de convidar essas mulheres a oferecerem seus relatos de parto. A campanha foi produzida por duas alunas – sendo eu uma delas – e por um dos coordenadores da pesquisa, professor do curso de Jornalismo da UEPG. Outra estratégia utilizada foi a da técnica da bola de neve, em que houve contato com algumas mães próximas a integrantes da pesquisa, e essas indicavam outras, que foram procuradas pela equipe. No total, foram realizadas 21 entrevistas para o projeto, sendo que dessas, seis pariram na maternidade objeto desse estudo específico. As entrevistas foram abertas e gravadas em formato mp3, mediante autorização documentada em termo de consentimento livre e esclarecido. Os nomes verdadeiros das entrevistadas foram alterados, preservando-se o anonimato.

O passo seguinte foi transcrever as entrevistas na íntegra e criar uma base de dados a fim de agrupar as mulheres que pariram na maternidade aqui estudada. Dos depoimentos dessas mulheres, foram selecionados os trechos relativos ao momento do pré-parto, detectando procedimentos não adequados que possam ter acarretado danos tanto à mãe como ao bebê.

Resultados e Discussão

Todas as entrevistadas apontam problemas estruturais do hospital e do atendimento da equipe. A CEI das Maternidades (2016) detectou diversas irregularidades no que diz respeito à higiene e aos procedimentos realizados na sala de pré-parto do hospital (BOURGUIGNON; WERNER; PONTES, 2017). A partir da classificação do Dossiê "Violência Obstétrica: parirás com dor" (Ciello et al, 2012), da organização Parto do Princípio, é possível categorizar as formas de abuso e desrespeito sofridas pelas seis mulheres na sala de pré-parto da maternidade.

No que tange às formas de abuso físico, quatro delas tiveram seus partos induzidos, sendo dois deles através da ocitocina, e dois via comprimido vaginal. Duas foram proibidas de ingerir líquidos e alimentos, e uma alega ter sofrido a manobra de Kristeller durante a extração manual da placenta, após um parto realizado na própria sala de pré-parto.

No que diz respeito aos tipos de violência psicológica, quatro mulheres se sentiram desrespeitadas ou maltratadas durante a assistência na sala de pré-parto, sendo duas vítimas de agressão verbal, e duas de abandono - alegando ausência ou falta de atenção por parte da equipe do hospital. Duas presenciaram formas de maus tratos a outras parturientes que estavam presentes na mesma sala, sendo uma delas um parto desassistido. Três das seis mulheres passaram por procedimentos que não foram explicados pela equipe médica e de enfermagem, dentre eles a injeção de substâncias desconhecidas por elas. Uma delas não consentiu que fosse rompida sua bolsa amniótica.

Cinco das seis parturientes passaram pelo procedimento de exame de toque durante o pré-parto. Uma delas relata que "o exame foi doloroso e arrancou o tampão mucoso", o que se caracteriza como abuso sexual conforme Ciello et al (2012, p. 60-63). Duas mulheres tiveram sua bolsa amniótica rompida precocemente, sendo uma delas sem consentimento; e duas relatam ter sentido incômodo na extração manual da placenta.

As formas de abuso que mais foram acometidas na sala de pré-parto, dentre os relatos das entrevistadas que pariram no hospital Evangélico, são de caráter institucional, como denunciou a CEI das Maternidades (2016). Falhas estruturais e da equipe médica e de enfermagem estão presentes nos relatos das seis entrevistadas. As principais formas de abuso listadas foram a impossibilidade de garantir a privacidade e a intimidade da mulher no trabalho de parto e a privação do direito ao acompanhante masculino.

Conclusões

Pode-se concluir, através dos relatos das seis mulheres que pariram na principal maternidade de Ponta Grossa nos anos de 2015 e início de 2016, que o atendimento obstétrico durante o momento que precede o parto – e até mesmo durante o parto, no caso de três das entrevistadas –, na sala de pré-parto, apresentou falhas que se configuram como violações de direitos das usuárias, contrariando recomendações internacionais para a maternidade segura. O hospital não obedecia às normas relacionadas à estrutura básica para um bom acolhimento às parturientes. Além disso, a equipe médica e de enfermagem não observou diversas recomendações apontadas por organizações de referência no que tange à saúde obstétrica.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a meu querido professor orientador Felipe Simão Pontes, que me ofereceu a oportunidade de participar desta pesquisa há dois anos atrás.
À querida Ana Maria, minha co-orientadora, pelos sábios apontamentos durante a pesquisa, meus agradecimentos.
Por fim, agradeço à Fundação Araucária por financiar e proporcionar minha pesquisa.

Referências

BOURGUIGNON, Ana M; WERNER, Rosilea C; PONTES, Felipe S. **Abusos, desrespeitos e maus-tratos na assistência obstétrica em Ponta Grossa (PR)** – um estudo do relatório da cei das maternidades. 5° Colóquio Mulher e Sociedade. **Anais...** Ponta Grossa, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno Humaniza SUS** v. 4: Humanização do parto e do nascimento. Brasília, 2014. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/ bvs/publicacoes/caderno_humanizasus_v4_humanizacao_parto.pdf>. Acesso em 30 mai 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto, Aborto e Puerpério: assistência humanizada à mulher.** Brasília, 2001. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/ publicacoes/cd04_13.pdf>. Acesso em 30 mai 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 371, de 07 de maio de 2014**. Brasília, DOU nº 86, 08 de maio de 2014. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=50&data=08/05/2014>. Acesso em 30 mai 2017.

CEI DAS MATERNIDADES. **Relatório.** Ponta Grossa, Câmara Municipal de Ponta Grossa, 2016.

CIELLO, C; CARVALHO, C; KONDO C; *et al*. Parto do princípio. Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa. **Dossiê da Violência Obstétrica "Parirás com dor".** disponível em: http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf. Acesso 24 fev. 2017.

LEAL, M. C.; GAMA, S. G. **Nascer no Brasil**: sumário executivo e temático da pesquisa. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2014. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/nascerweb.pdf>. Acesso em 30 mai 2017.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Parto Normal**: um guia prático [Normal Childbirth: a practicalguide]. OMS, 1996. Disponível em: < http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/63167/1/WHO_FRH_MSM_96.24.pdf >. Acesso em 30 mai 2017.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra, 2014. Disponível em: < http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf>. Acesso em 22 fev. 2017.